



Área Temática: Comportamento Político

Os efeitos dos contextos econômico, institucional e cultural na representação parlamentar de mulheres na América Latina

Renata A.de Oliveira¹
Universidade Federal de Santa Catarina

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.
Contato: rehnata_andrade@hotmail.com Lattes:<http://lattes.cnpq.br/1103302496389045>

Resumo

A necessidade de análise do quadro da sub-representação das mulheres é, essencialmente, um problema de justiça e igualdade. Desse modo, na era das democracias modernas, a existência de fenômenos como esse são contra intuitivos, por isso, a questão que perpassa o presente paper é saber como e porque essa desigualdade é mantida em diversas sociedades. Para tanto, iremos nos pautar na ideia de multidimensionalidade e tentar analisar em conjunto e individualmente os fatores chaves que a literatura sobre o tema tem apontado ao longo dos anos como aspectos explicativos para esse fenômeno. Diante disso, tais serão acoplados em três dimensões centrais: 1) socioeconômica, 2) político-institucional e 3) cultural, com intuito de responder a pergunta central sobre os condicionantes da sub-representação parlamentar de mulheres na América Latina. Com objetivo de sermos capazes de entender os impactos dos contextos e dos valores individuais, utilizamos como base o modelo analítico disposto por Inglehart e Norris (2003), que conta com dados sobre economia, sistema político, partidário e eleitoral, como também, dados sobre opinião pública advindos do LAPOP (Latin America Public Opinion Project) nas ondas de 2012 e 2014, como medida de cultura política. Fundamentados na hipótese de que a cultura política e as disposições dos indivíduos sobre assuntos políticos também importam como fatores explicativos do gap de representação, os resultados da primeira tentativa desse tipo de análise para América Latina apontam para a existência de variáveis chaves que se mantêm significativas mesmo com a interação entre as dimensões, mas ainda são conclusões iniciais, que demonstram ser necessário uma aprofundamento metodológico para compreendermos a dinâmica existente entre as três dimensões e suas respectivas variáveis na influência sobre a baixa representação de mulheres nos parlamentos.

Palavras-Chaves: Representação; Gênero; Parlamentos; Multidimensionalidade; América Latina

Introdução

Os cenários políticos dos últimos anos demonstram que existe um abismo entre o ideal de igualdade política e a realidade das democracias contemporâneas. Enquanto o primeiro seria a possibilidade de todos participarem de maneira igual do sistema e dos processos políticos (Dahl, 2008), a realidade é de um mundo marcado pelas ausências de determinados grupos sociais nos espaços políticos, em destaque, as mulheres. Então, como falar em processos de consolidação de regimes democrático, enquanto ainda estamos perante um cenário de baixos níveis de mulheres presentes nas arenas políticas, em especial, a mais tradicional de todas, o parlamento?

Não é de hoje que sabemos da importância desse tema, não somente porque é um ramo de um cenário mais amplo de disparidades entre homens e mulheres, mas também, porque coloca em cheque questões de qualidade dos regimes democráticos. O reconhecimento da igualdade entre os sexos fez parte de lutas por direitos, marcos jurídicos e políticos, como a Carta das Nações Unidas (1945), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, da sigla em inglês, 1979) que ajudaram a consolidar e a difundir a ideia de que a temática de gênero é um aspecto que faz parte do debate político e deve ter a atenção do mundo. Desse modo, a necessidade de análise do quadro da sub-representação das mulheres é, essencialmente, um problema de justiça e igualdade, pilares indispensáveis para uma ideia de democracia pluralista (Touraine, 1996). Portanto, na era das democracias modernas, a existência de fenômeno como esse são contra intuitivos, por isso, a questão que se levanta é saber como e porque essa desigualdade é mantida em diversas sociedades. É sobre esse ponto que o presente paper se debruça sendo guiado pelo olhar da multidimensionalidade.

A ideia da multidimensionalidade é bem exemplificada pela metáfora Marilyn Frye (1989), que diz: "Olhando um arame de cada vez, não conseguimos descrever ou explicar o que inibe o voo de um pássaro preso em uma gaiola. Somente um grande número de arames arrumados de um modo específico e conectados uns ao outros para enclausurar o pássaro e reforçar a rigidez um do outro é que pode explicar porque o pássaro é incapaz de voar livremente." Portanto, considerações sobre fatores causais isolados são relevantes, contudo, perdem na captação dos demais aspectos envolvidos de um fenômeno. Assim, quando os fatores são considerados juntos e quando revelam uma rede de relacionamentos e dinâmicas sociais torna-se possível ter uma visão mais ampla dos efeitos de cada um e do conjunto de características que formam (Young, 2000).

O que se tem visto, é que diversos estudos se debruçaram sobre a temática do gap representacional buscando explicações causais isoladas. Entretanto, a proposta do presente paper é olhar a sub-representação como resultado da dinâmica de diversas causas, a

chamada multidimensionalidade. Um dos trabalhos a realizar essa tentativa para o cenário mundial foi de Ronald Inglehar e Pippa Norris (2003) na obra *Rising Tides: Gender Equality and Cultural Change around the World*. Assim como os autores, classificamos em três dimensões centrais os principais fatores que a literatura tem apontado como condicionantes da falta de mulheres nos assentos parlamentares. Tais elementos formarão o que aqui serão chamadas de “dimensões da sub-representação”, assim, é possível observar três: a) socioeconômica; b) político- institucional; c) cultural. Há a consenso de que individualmente cada dimensões é relevante, contudo, é preciso observar os efeitos que a multidimensionalidade possui no gap de representação política entre os gêneros.

Nossa contribuição vai na direção de ser um das primeiras análises a olhar de maneira específica para a região da América Latina através da multidimensionalidade. Desse modo, nosso modelo analítico consiste em duas etapas, a primeira, em verificar como cada dimensão se comporta e, a segunda, através da combinação entre elas, como o conjunto tem efeitos. Para tanto, trabalhamos com a divisão das três dimensões teóricas citadas, através do uso de dados do contexto socioeconômico, em especial, indicadores de crescimento econômico e de desenvolvimentos social, assim como, aspectos do sistema institucional e da cultura política, para qual utilizamos dados de opinião pública advindos do LAPOP 2012 e 2014. A pretensão é de sermos capazes de elucidar questões complexas sobre os impactos dos contextos e da dimensão individual da cultura política neste fenômeno, como também, buscar entender como essas dimensões interagem quando acopladas em um único modelo de análise, ou seja, levando em conta aspectos de nível macro e micro. A hipótese principal é que fatores culturais também são relevantes para a criação de obstáculos ou na diluição dos mesmos para as mulheres no mundo político, por isso, a dimensão cultural teria significância tanto a nível individual quanto no conjunto de variáveis que impactam os índices de representação de mulheres nos parlamentos dos países da América Latina.

Sendo assim, o texto será dividido em uma primeira parte que contextualizará o quadro da representação política de mulheres no mundo e na América Latina, conjuntamente, com a discussão teórica sobre os fatores explicativos que constituirão as três dimensões centrais. A segunda parte se debruçará em explicar a mensuração de cada dimensão e suas devidas hipóteses, e por último, iremos expor a análise dos dados através de modelos estatísticos individuais e modelos combinados.

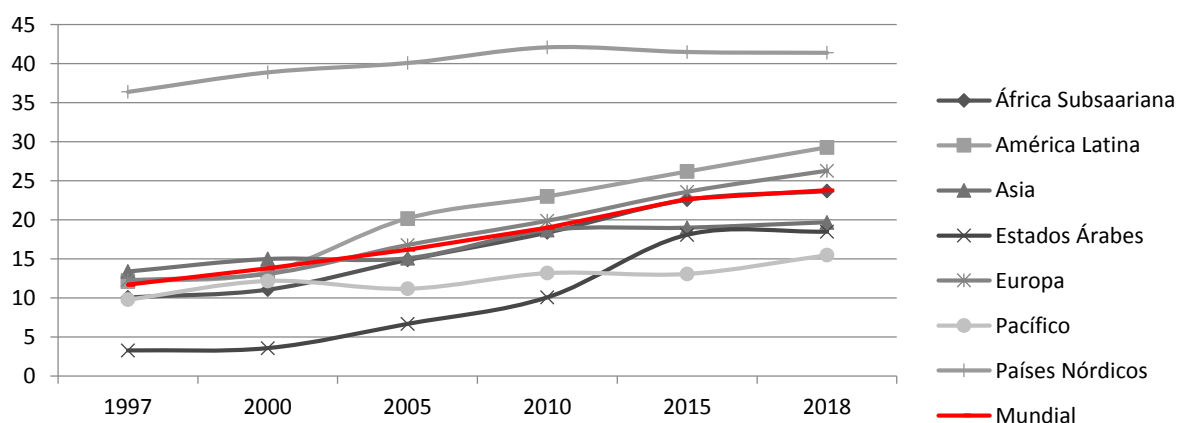
I- A multidimensionalidade da sub-representação de mulheres

Em meio a era da legitimação da democracia como regime preferencial da maioria dos países ocidentais (Miguel,2013), os problemas que envolvem os processos de consolidação tornam-se pontos cruciais nas análises da qualidade do próprio regime. Dessa forma, os dilemas sociais, políticos, econômicos e culturais passam a ser explorados por analistas em

diferentes aspectos, em especial, no que diz respeito a igualdade política (Dahl,1997, 2006; Schlozman,Verba e Brady,2012), Isto porque a concepção de igualdade mostra-se intimamente ligada à idealização da própria democracia, a qual fundamenta os juízos morais e ajuda na descrição das características de um sistema ideal que possibilita avaliar e analisar o que se encontra na realidade (Dahl,1997, 2006).

Em razão disso, quando nos deparamos com cenários que elucidam grandes desigualdades dentro de regimes democráticos, passamos a questionar as razões para tais situações. Nos últimos anos, o *gap* de representação política entre mulheres e homens tornou-se exemplo de uma das disparidades persistentes e tema de diversos estudos dentro da ciência política. A linha vermelha em destaque no Gráfico 1 mostra a média mundial de mulheres ocupando assentos nos parlamentos² ao longo dos anos. Em 1997, a taxa era de 11,7%, passando a 16,2% em 2005, mas, apenas pós 2010 consegue ultrapassar a faixa dos 20% e chega ao início do ano de 2018 com 23,8%³ dos lugares ocupados por mulheres. Por mais que haja uma tendência positiva em relação aos índices, em 20 anos houve um aumento de apenas 12%, e em pleno ano de 2018 ainda não podemos constatar que um quarto dos lugares disponíveis para tomadas de decisões no mais alto escalão da política tradicional esteja preenchido por mulheres, ou seja, os homens ocupam 75% dos parlamentos ao redor do mundo. Portanto, estamos diante de uma desigualdade latente e presente na história mundial.

Gráfico 1 -Porcentagem de mulheres nos parlamentos das regiões do Globo - 1997-2018



Fonte: Inter-Parliamentary Union (IPU) , 1997-2018
 CEPAL- Comisión Económica para América Latina e Caribe, 1997-2017

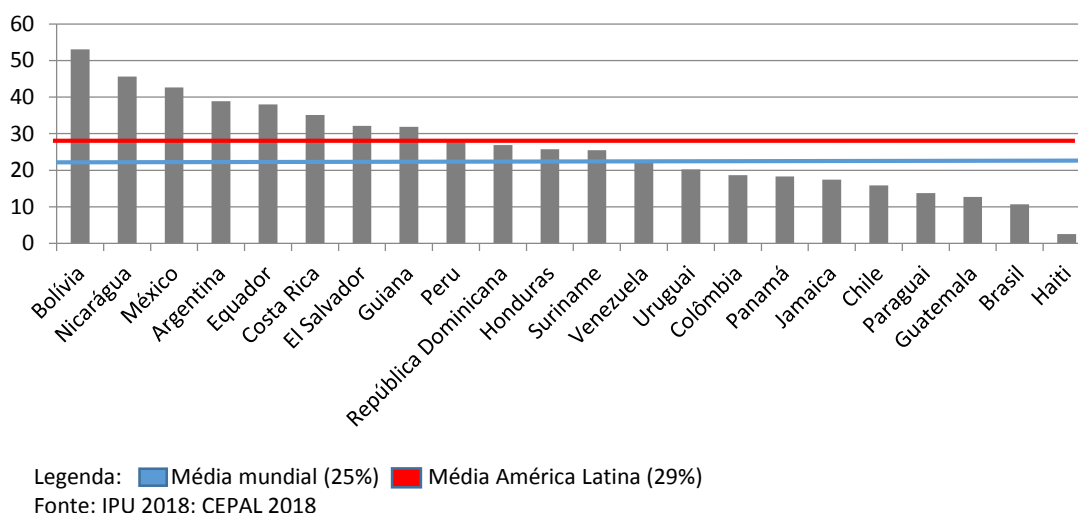
² Parlamento aqui entendido como a média entre a *Upper House* (seria o Senado) e *Lower House* (seria a Câmara dos Deputados).

³ Dado referente ao último levantamento em 1º de Junho de 2018. Para maiores informações: <http://archive.ipu.org/wmn-e/arc/world010518.htm>

O gráfico 1, também, evidencia algumas disparidades existentes entre as regiões⁴ do globo. Destaque histórico para os países nórdicos que desde 1997 possuem mais de 35% de mulheres em seus parlamentos, isto caracteriza a região como a mais próxima e estável em termos de paridade de representação política entre os gêneros com 41,1%.

Em termos de crescimento, o ponto que chama mais atenção nos dados do gráfico é a América Latina. Seu índice encontra-se na casa dos 30%, tendo a segunda maior média de mulheres em parlamentos do mundo e uma das três entre as sete regiões com valor acima da média mundial. Como podemos observar o crescimento da América Latina foi o maior entre as regiões, tendo 17,2% a mais de mulheres entre 1997 e 2018. Este cenário, com destaque para um aumento considerável entre 2000 (13,3%) e 2005 (20,2%), posiciona a região como um universo de análise interessante para a compreensão do andamento da representação das mulheres em espaços de tomada de decisões políticas. Sendo assim, com um olhar mais focado nos países que compõe essa região, o Gráfico 2 apresenta alguns pontos interessantes.

Gráfico 2- Porcentagem de Mulheres nos parlamentos da América Latina - 2018



O primeiro, não existe homogeneidade entre os países em termos de taxa. Se de um lado, países como a Bolívia e Nicarágua possuem taxas acima dos 45%, do outro, existem o Brasil com 10% e o Haiti com 2,5%. Em termos comparativos, há apenas 10 países com porcentagens acima da linha média mundial (Argentina, Bolívia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guiana, México, Nicarágua, Peru e República Dominicana), dos quais, apenas 8 estão acima da média da região (Argentina, Bolívia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guiana, México e Nicarágua).

⁴ A divisão das regiões é a mesma utilizada *pele Inter-Parliamentary Union*. Destaque para a separação entre os países nórdicos e a Europa, o IPU disponibiliza dados que incluem e excluem da região da Europa os países nórdicos. Aqui decidimos separar uma vez que a última é destaque pelo histórico de altas porcentagens de mulheres em seus parlamentos. Países Nórdicos: Dinamarca, Suécia, Finlândia, Islândia e Noruega.

Um segundo ponto, é que contra intuitivamente alguns dos países de maiores destaques da região, como Brasil, Chile e Uruguai estão abaixo dos 20% de mulheres em seus parlamentos, ficando atrás de países como a Guiana e o Suriname, que não são tão presentes no cenário internacional. E, também, países de menor destaque regional estão entre os de índices mais elevados, como é o caso da Nicarágua, Equador e Costa Rica.

De um modo geral, em relação ao gap de representação entre os gêneros nos parlamentos ao redor do mundo estamos diante de um cenário dispare com oscilações intrigantes. E por isso, as diferenças existentes dentro da América Latina, sendo uma das regiões de destaque no cenário mundial nos últimos anos, como demonstrado no gráfico 1, faz com que nossa análise passe a se concentrar em compreender quais os fatores que levam a essas diferenças entre os países, ou seja, nossa pretensão é contribuir no entendimento dos condicionantes para a representação parlamentar de mulheres, e de forma específica, na América Latina.

Em termos teóricos, os estudos sobre a presença de mulheres nas esferas decisórias, em especial, na mais tradicional que é o parlamento, apresentam nos últimos anos uma variedade de fatores explicativos que incrementam ou dificultam a participação feminina na política (Costa, Bolognesi & Codato, 2013). O que se observa, em termos de análise, é que os mais recentes tendem a enfatizar um como a grande causa da sub-representação, sendo raros aqueles que se debruçam à uma análise da multidimensionalidade ou multicausalidade do fenômeno.

Pensar a igualdade política entre homens e mulheres não é um processo unidimensional, e sim interativo, uma vez que é através das bases estruturantes de cada uma das possíveis dimensões que os direitos, poderes e recursos políticos são disponibilizados na sociedade (Oliveira, 2015). A linha que pretendemos seguir propõe que as análises sobre o gap de representação política entre os gêneros sejam pautadas na multidimensionalidade, uma vez que o fenômeno obriga, muitas vezes, a construção de abordagens que levem em conta laços constitutivos entre a política, cultura, estrutura e instituições, o que desafia o diálogo entre técnicas de pesquisa, conceitos e teorias oriundas de diferentes campos disciplinares.

A multidimensional é pensada por conta da existência de processos de socialização bastante longos e fortes estrangimentos culturais que se combinam com obstáculos políticos-institucionais e sociais na configuração de significativas barreiras que impedem ou limitam a presença das mulheres em distintas esferas do poder político (Oliveira, 2015). Tais dimensões participariam de uma dinâmica de interação e não apenas como dimensões isoladas de um mesmo fenômeno. Contudo, investigações que focalizam mais de uma dimensão são raras, assim, tem-se como objetivo tentar construir empiricamente um modelo de análise que parta da multidimensionalidade.

Nesse sentido, a proposta é a busca por explicações que tentem ao menos interagir os efeitos individuais de fatores de níveis mais subjetivos das sociedades, como a cultura política, com os de níveis mais macro, como a situação socioeconômica e os aspectos institucionais. Um dos únicos trabalhos que tentou realizar essa tarefa é a obra *Rising Tides: Gender Equality and Cultural Change around the World* (2003), de Ronald Inglehart e Pippa Norris. Os autores se debruçaram sobre as desigualdades entre homens e mulheres em diversos aspectos da vida em sociedade, sendo um deles a dimensão política. Suas análises buscaram explicar através de fatores contextuais e culturais a sub-representação das mulheres nos parlamentos ao redor do mundo, para isso efetuaram um estudo com mais de 120 países por meio de modelagem estatística baseada em dados sobre economia, sistema político, legislativo e cultura política. A tese central era que normas culturais, valores e crenças também moldam a transição para uma sociedade mais igualitária em relação ao gênero (Inglehart e Norris, 2003). O objetivo foi mensurar o quanto a cultura importa em relação ao nível de desenvolvimento da sociedade e das suas estruturas institucionais, assim, os autores tentaram entender como os regimes democráticos e a modernização afetam as atitudes culturais em relação à igualdade de gênero na política.

A obra em questão parte da ideia de multidimensionalidade justamente por dialogar diretamente com as explicações tradicionais para a baixa representação de mulheres na política (economia e instituições). Ao longo dos últimos anos, a literatura tem apontado fatores que condicionariam esse fenômeno político. Tais elementos formarão o que aqui serão chamadas de “dimensões da sub-representação”, é relevante apontar que se trata apenas de uma divisão analítica baseada na classificação de aspectos teóricos em determinados conjuntos cujas características são vistas como influentes na representação parlamentar, sendo importante destacar que a visão multidimensional que entendemos argumenta na direção de que por mais que estejam analiticamente separados esses aspectos possuem influências mútuas em alguns momentos, o intuito é apenas realizar uma divisão para facilitar compreender os impactos individuais sem desconsiderar os efeitos das demais. Assim, utilizaremos três grandes dimensões: 1) *socioeconômica*; 2) *político- institucional*; 3) *cultural*.

A primeira dimensão é baseada na teoria do crescimento econômico, que direcionou as pesquisas nos anos 60 e 70 ao enfatizar que o desenvolvimento material era a variável determinante na geração de oportunidades dentro do sistema social, isto porque as melhorias nas áreas da educação, saúde e lazer se davam por meio do investimento direto no setor econômico. A consequência seria o aumento da qualidade de vida dos indivíduos, uma vez que se proporcionaria o acesso dos mesmos a estes setores sem distinção. Por essa razão, o nível de desenvolvimento socioeconômico estaria significativamente relacionado com a proporção de mulheres presentes nos parlamentos nacionais (Reynolds, 1999).

O argumento é que, de um lado, em sociedades menos desenvolvidas economicamente, onde haveriam desvantagens entre classes sociais, sistema de saúde e educacional precários, as mulheres encontrariam maiores dificuldades para romper com as barreiras e chegar às posições de comando. Por outro, em cenários de crescimento econômico, as mulheres tendo mais condições e oportunidades de acesso a todas as áreas da vida social, o reflexo imediato é que teriam, também, mais oportunidades de participar da esfera política, vista como um campo de acesso livre para todos, sendo assim reduzido o quadro da sub-representação feminina. Neste sentido, o crescimento econômico se tornou a “panaceia” dos problemas sociais das mulheres, sendo a solução para o déficit da escolaridade, pobreza, segregação no trabalho e também, para a sua baixa participação e representação no sistema político (Inglehart e Norris, 2003). Portanto, para os autores dessa linha (Rules, 1987 e 1988; Norris, 1985 e 1987; Darcy, Welsh & Clark, 1994), o aumento da representação seria uma consequência de um cenário mais amplo de crescimento econômico, uma vez que as mulheres dentro dessas sociedades teriam mais recursos e mais amparo na saúde e educação, o que as proporcionaria mais condições de se dedicarem à vida pública.

Enquanto isso, a segunda dimensão diz respeito às barreiras políticas-institucionais, o que torna a relação com a sub-representação mais complexa e não tão direta como a primeira, já que os teóricos dessa abordagem enfatizam como as concepções sociais sobre os gêneros afetam as estruturas e os procedimentos institucionais e políticos dos regimes democráticos. Nesse sentido, o argumento que vamos utilizar parte de uma linha da teoria política feminista, exemplificada por autoras como Iris Young (1987), Carole Pateman (1992 e 1993) e Anne Philips (2001), que afirma que a forma como as instituições políticas contemporâneas estão estruturadas está permeada pela lógica dos valores advindos da distribuição histórica dos papéis e funções sociais para cada um dos gêneros. Tal distribuição se baseia em uma hierarquia construída socialmente pautada na divisão entre esfera pública e privada, nas quais o sujeito originário é o homem, o que cria uma estrutura de dominação masculina e designa às mulheres papéis de menor valor social, levando-as a subordinação em ambas as esferas. Isto quer dizer que enquanto na esfera privada, as funções das mulheres se restringem ao âmbito doméstico, tal lógica é refletida ao mundo público que gera princípios e estereótipos para o sujeito político que não dizem respeito às características socialmente delegadas às mulheres. Por isso, Philips (2001) afirma que ao se acreditar que os homens são os sujeitos políticos que monopolizam as habilidades de articular as políticas e as ideias, não se surpreende o fato de que a maioria dos representantes nos cargos políticos sejam homens.

Diante desse cenário, o argumento dessas teóricas é que baseado nessa divisão e na subordinação feminina que as instituições políticas foram construídas, ou seja, não foram

feitas para a inclusão das mulheres, já que o sujeito por excelência seria o homem. Dessa forma, a maneira pela qual os procedimentos, os processos eleitorais, o sistema partidário e político são instituídos, torna-os fontes de inclusão ou exclusão das mulheres na esfera política, em especial em cargos de tomada de decisão como nos parlamentos nacionais (Krook e Norris, 2014; Norris 2013; Miguel, 2013; Poncela, 2011; Tobar, 2008; Braga, 2006; Araujo, 2001). Portanto, as escolhas do formato das instituições políticas possui relação com a representação formal das mulheres nas sociedades contemporâneas, podendo, assim, diminuir ou promover a desigualdade de representação entre os gêneros.

Um dos elementos chaves desta dimensão é a importância dada ao papel das instituições políticas no processo de entrada das mulheres no mundo público, especialmente, por conta das consequências que vão além do efeito direto no número de representantes. Enfatiza-se que o processo existente entre bases sociais desiguais e estruturas institucionais tem impacto relevante na distribuição dos recursos⁵ entre os gêneros (Pateman, 1992 e 1993; Philips, 2001; Birolli, 2013; Alvarez, 2006; Araujo, 2001). Isto quer dizer que uma estrutura político-institucional, que se baseia na desigualdade entre mulheres e homens, distribui seus recursos de maneira condizente com a valorização dos papéis sociais, em outras palavras, as mulheres sendo menos valorizadas, tanto na esfera pública quanto privada, recebem de maneira desigual os mesmos recursos que os homens. Dessa forma, existiriam diferenças em relação às habilidades e ao conhecimento, por conta dos incentivos institucionais, o que faz com que poucas se comprometam ou se sintam habilitadas para participar da política ou expressar de alguma forma suas preferências (Schlozman, Verba e Brady, 2012). Em consequência, aumentam-se as disparidades entre habilidades políticas, já que poucos recursos, baixos conhecimento e interesse fazem com que não haja para as mulheres a mesma capacidade de promover a efetiva expressão política de forma mais hábil do que aqueles que estão nos patamares mais altos da hierarquia distributiva, que geralmente são homens (Schlozman, Verba e Brady, 2012).

Essa lógica desmistifica o argumento da falta de interesse por política ser algo inerente às mulheres. Pelo contrário, demonstra que as dificuldades sociais, estruturais e institucionais criam a cada etapa do processo de entrada na esfera política filtros mais densos, o que torna o caminho para mulheres mais custoso e desmotivador. Em resumo, sociedades pautadas nas diferenças entre os gêneros desenvolvem instituições políticas que reproduzem as hierarquias e acabam na desigual distribuição de recursos políticos (Birolli e Miguel, 2012) que cria um cenário com caminhos de incentivos para a política desnivelado

⁵ Segundo Robert Dahl, todos os recursos são recursos políticos. Recurso se define como qualquer meio que uma pessoa pode utilizar para influir sobre a conduta da outra. Por isso, os recursos políticos incluem o dinheiro, a informação, o tempo, o conhecimento, a comida, a ameaça de força, os trabalhos, a amizade, a posição social, os direitos efetivos, os votos, entre outros. (Dahl, 2008, p.64).

entre mulheres e homens, o que ajuda a explicar as diferenças nos índices de representação parlamentar.

Os apontamentos teóricos feitos até o momento possibilitam verificar que fatores das dimensões socioeconômica e político-institucionais – como o formato das instituições, sistema partidário e eleitoral - contribuem para as disparidades na representação política de mulheres. Graças a esses estudos inúmeros avanços teóricos e analíticos foram possíveis, contudo, mesmo com os ganhos, ainda estamos diante de um cenário de grandes diferenças nas taxas representativas entre os gêneros em diversos países e regiões, como no caso da América Latina. Portanto, teriam essas duas dimensões fatores explicativos suficientes para tal fenômeno?

Como a teoria do desenvolvimento econômico explica o fato da segunda região do globo com menor índice de representação ser os Emirados Árabes sendo que a maioria das suas nações estão entre as primeiras do ranking mundial de renda per capita (GDP)⁶? E no caso da América Latina, como explicar, de um lado, a Nicarágua ser um dos países com maior percentual de mulheres ocupando os parlamentos e ser um dos últimos nesse indicador econômico e, por outro lado, o Brasil, que se encontra entre as cinquenta nações com maior renda per capita do mundo, ficar apenas a frente do Haiti com o menor número de mulheres em suas casas legislativas federais? E ainda, como compreender que reformas políticas semelhantes resultam em consequências totalmente diferentes, como o caso da política de cotas na Argentina ser mais efetiva do que no Brasil. Ou, por que o sistema unicameral da Nicarágua há mais mulheres que o da Guatemala?

Em prol da linha que busca olhar para esse fenômeno de maneira multidimensional e seguindo o estudo de Inglehart e Norris (2003), pretendemos colocar em debate mais um dimensão, a dita mais “subjetiva”, para o estudo do fenômeno na América Latina. Em paralelo ao argumento das teóricas feministas sobre o papel dos valores sociais na estrutura das instituições políticas, a dimensão cultural busca justamente avaliar as relações constitutivas entre política e cultura na formação da cultura política de uma sociedade (Inglehart e Norris, 2003; Ribeiro e Oliveira, 2013; Oliveira, 2015). Sendo assim, a ideia central é que conforme a base valorativa está formada há influências nas disposições sobre a ideia de mulheres e esfera pública, o que levaria a impactos nos índices de representação parlamentar (Inglehart e Norris, 2003).

De uma maneira mais densa, parte-se da lógica de que apesar das tradições culturais serem notavelmente duradouras na formação das visões de mundo dos homens e das mulheres, as mudanças culturais (Inglehart e Welzel, 2005) em curso no cenário mundial estão levando ao afastamento dos valores tradicionais e indo em direção à incorporação de

⁶ Informação: <http://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2018/01/11/world-economic-outlook-update-january-2018>

orientações subjetivas mais igualitárias por conta do processo de democratização da maioria das sociedades contemporâneas. Os estudos que tem procurado explorar a dimensão da cultura política apontam a relevância dos valores de massas na sustentação da democracia, como também, para a avaliação de sua qualidade por meio da incorporação ou não de seus princípios (Easton, 1975, Almond e Verba, 1989, Inglehart, 1988, Inglehart e Welzel, 2005; Inglehart, Norris, Wezel, 2003, Inglehart e Wezel, 2013, Inglehart e Norris, 2003).

Diante do fenômeno da sub-representação, a dimensão da cultura política acrescenta um novo aspecto: normas culturais, valores e crenças também moldam aspectos da igualdade política entre mulheres e homens. Se a predominância de atitudes tradicionais tem efeito negativo em relação à presença feminina em cargos responsáveis por tomada de decisões relevantes (Inglehart e Norris, 2003; Ribeiro e Oliveira, 2014, Oliveira, 2015), a transição para uma sociedade mais igualitária está ligada a incorporação de ideias democráticas (Inglehart e Norris, 2003), como a igualdade política (Dahl, 2006; Tourraine, 1996), o que impactaria positivamente nos índices de representação.

Em razão disso, uma sociedade de cultura política marcada pela tendência de valores democráticos, como igualdade e justiça, teria indivíduos com posturas críticas e participativas que seriam mais tolerantes em relação aos comportamentos que desviam dos padrões tradicionais elitistas, e, portanto, poderiam igualmente manifestar atitudes mais positivas em relação à igualdade de gênero (Inglehart e Norris, 2003, Ribeiro e Oliveira, 2013; Gimenes, 2015, Oliveira, 2015). Este ponto se conecta a teoria dos valores pós-materialistas (Inglehart e Wezel, 2005; Inglehart, 1997) sobre a valorização de aspectos de auto-expressão (pós-materialistas) à de sobrevivência (materialistas), o processo de consolidação de democracias estaria associado a sobreposição dos primeiros em relação ao segundo, e por isso, haveria a transformação de culturas tradicionais em mais democráticas.

Por conta disso, o efeito seria a diluição dos obstáculos culturais enfrentados pelas mulheres para estarem presentes nos espaços políticos. O que os autores dessa abordagem querem argumentar é que a mudança cultural não é fator isolado e suficiente para justificar as diferenças entre a representação política de mulheres e homens, porém, é uma condição necessária para a igualdade de gênero (Inglehart e Norris, 2003, Inglehart e Welzel, 2005). Por isso, o estudo da dimensão subjetiva é elemento primordial para se compreender as barreiras presentes nas democracias contemporâneas quando se trata do empoderamento feminino (Inglehart e Norris, 2003).

Os estudos culturais e a relação de gênero ganharam força nos últimos anos na América Latina, e atualmente, encontram-se estudos que relacionam cultura política e representação de mulheres com análise do continente Latino Americano no geral (Lodola e Selignton, 2013; Poncela, 2011; Oliveira, 2015). E também, estudos individualizados por países como México (Castro, 2011, Poncela, 2011), Argentina (Lodola e Selignton, 2013),

República Dominicana (Espinal, 2013), Uruguai (Perez, 2006), Brasil (Ribeiro e Oliveira, 2013, Oliveira, 2105). O que todos indicam é a existência de impacto da cultura política mais democrática, efeitos diretos e indiretos, nas disposições sobre igualdade de gênero, entretanto, nenhum dos estudos citados verificam como isso reflete nos índices de representação e nem como a dimensão cultural interage com outros fatores explicativos na América Latina. Por isso, tal lacuna é que se encontra nossa hipótese principal, que a dimensão cultural, equivalente aos valores e comportamentos dos indivíduos, também constitui uma explicação para os índices de representação das mulheres tanto em nível individual quanto em conjunto com as demais dimensões.

Diante da pretensão de adentrar ao debate explicativo sobre o abismo da presença de mulheres e homens nos parlamentos, o presente paper traz o desafio metodológico do olhar da multidimensionalidade ao explorar uma abordagem analítica que conte com os efeitos dos fatores socioeconômicos e políticos-institucionais em consonância com uma visão sobre as características da cultura política de cada país da América Latina. Por essa razão, na próxima seção iremos expor as variáveis que foram utilizadas para mensurar os aspectos componentes de cada dimensão e suas respectivas hipóteses.

II- Mensurando a multidimensionalidade - hipóteses e variáveis

O estudo efetuado por Inglehart e Norris (2003) e a discussão teórica desenvolvida anteriormente são as bases para pensarmos o problema da baixa representação política de mulheres na América Latina. É importante ressaltar que, diferentemente, dos primeiros autores, que tiveram como foco uma análise a nível mundial, o nosso está em verificar os impactos de cada dimensão em apenas em uma região. Ocorre que ao inserir em uma mesma análise países de diferentes regiões existe o risco de perder algumas particularidades contextuais, o que pode gerar lacunas explicativas sobre certos fenômenos. Desse modo, nossa tentativa é dar um olhar mais aguçado para os países latino-americanos na busca pela compreensão desta temática, estando atentos para as singularidades e diferenças regionais.

Pautados na ideia de multidimensionalidade, selecionamos para cada dimensão as medidas que se adaptavam melhor aos principais apontamentos teóricos. Desse modo, na dimensão socioeconômica, a partir do argumento principal que relaciona maiores índices de crescimento econômico com melhores condições sociais e por consequência, maior representação parlamentar de mulheres, optamos por variáveis mais tradicionais como: 1) taxa de crescimento do *PIB* (Produto interno Bruto – bilhões de dólares), 2) *Taxa de*

*desemprego*⁷ e 3) *Índice de Gini*⁸ e por último, inserimos duas medidas que possuem relação direta com as condições das mulheres nos países: 6) *Diferença de IDH das mulheres e homens* e 7) *Índice de desigualdade de gênero (Gender- Inequality Index- GII)*⁹, que consiste em uma comparação da desigualdade entre mulheres e homens em três aspectos: saúde reprodutiva, empoderamento e mercado de trabalho, assim, quanto mais parecidas forem as condições, menor a desigualdade e menor o valor do índice. Diante do disso, a hipótese geral colocada pela dimensão socioeconômica é que países com maior crescimento econômico que tenham melhores condições sociais para seus indivíduos, em especial, para as mulheres, possuem maiores chances de terem taxas mais elevadas de representação feminina em seus parlamentos. Ou seja, maior o crescimento do PIB, menor a taxa de desemprego, menor diferença dos valores dos IDH e do índice de GINI, e mais elevado o valor do GII influenciariam de maneira positiva os índices de mulheres nos parlamentos.

Já para a dimensão político-institucional, nos pautamos em trabalhos que testaram a ideia de que o formato das instituições impacta no número de mulheres representantes, uma vez que é através dos procedimentos e processos intrínsecos a elas que irão facilitar ou dificultar a eleição de mulheres. Trata-se de uma relação mais complexa por levar em conta aspectos desde a escolha do formato formal das instituições até as etapas de um processo eleitoral. Nesse sentido, optamos por medidas que consigam captar elementos que dizem respeito ao sistema político, partidário e eleitoral.

A literatura tem apontado que a estrutura do legislativo e o sistema político partidário possui impactos relevantes para a representação das mulheres (Schwindt-Bayer, 2009; Norris, 2006 e 2014; Inglehart e Norris, 2003; Biroli e Miguel, 2012; Poncela, 2011; Álvarez, 2008; Araujo, 2001). Um primeiro ponto, é o sistema político e seu legislativo que pode ser de câmara única (Unicameral) ou com duas casas legislativas, Câmara dos deputados e Senado (Bicameral). A ideia é que quanto mais pontos de acessos, mais vagas disponíveis para a disputa, mais chances as mulheres teriam de ocupar um desses lugares, assim, um legislativo bicameral teria impacto positivo nas taxas de representação feminina. O segundo ponto é a avaliação do país através da qualidade de sua democracia. Tradicionalmente, duas medidas são usadas para dar essa visão, a *Freedom House*, *Polity IV* e recentemente, o

⁷ Dados disponíveis em: CIA The world factbook: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/> - acessado em 18/06/2018; e IFM (International Monetary Fund – Fundo Monetário Internacional): <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2017/02/weodata/index.aspx> - acessado em 18/06/2018

⁸ O Índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Fonte: IPEA - <http://www.ipea.gov.br>

⁹ Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano, 2016 – UNDP (United Nations Development Programme)

projeto *V-Dem* (Coppedge et. al., 2011). Apesar de todas serem fontes importantes e amplamente utilizadas nos últimos anos por pesquisas sobre democracia, optamos por inserir uma medida nova e mais sofisticada feita pelo autor Gabriel Casalecchi (2016) especialmente para os países da América Latina, o chamado *legado democrático*.

O legado democrático caracteriza-se por ser uma variável que consegue captar o “acúmulo da experiência democrática de um país ao longo dos anos” (Casalecchi, p.31, 2016), ou seja, associa o tempo de democracia com a experiência democrática sendo avaliada a qualidade do regime durante os anos. Portanto, é uma medida definida como

“(…)a soma (o acúmulo) da experiência democrática de um país – em termos de eleições livres, periódicas, competitivas (eleitoral); proteção dos direitos e garantias fundamentais do cidadão, real autonomia do governo eleito e dos mecanismos de freios e contrapesos dos poderes (liberal); e participação política (participativa) – ao longo de sua história.” (Casalecchi, p.26, 2016).

Então, para a avaliação da democracia de cada país utilizaremos a medida de legado democrático que vai de 0,00 até 100¹⁰.

Outro aspecto da dimensão política-institucional é sobre o próprio sistema partidário, em especial, a ideia de grau de fragmentação. Um sistema com poucos partidos tende a ter grandes concentrações de poder o que seria desfavorável para as mulheres serem eleitas, pois não haveriam muitas oportunidades de participação via partidos (Norris, 2013). Já em sistemas multipartidários, a lógica é a maior porosidade, ou seja, mais partidos haveria maior probabilidade de renovação e inclusão das mulheres, principalmente, por haver maior competição, mais diversidades ideológicas com aumento de incorporação de diferentes grupos sociais (Norris, 2013; Biroli e Miguel, 2012; Poncela, 2011; Álvarez, 2008; Schwindt-Bayer, 2008; Araujo, 2001). Para tal captar a ideia de fragmentação utilizamos o chamado NEP – Número efetivo de partidos (Amorim e Cox, 1997).

Em última medida, o ponto mais discutidos pelos analistas, diz respeito às regras eleitorais. Em primeiro lugar está a forma de preenchimento de vagas, se é um sistema majoritário, proporcional ou misto, o que se tem argumentado é que sistemas proporcionais, aqueles que asseguram cadeiras na proporção dos votos obtidos pelos competidores, são os chamados *friendly-system* em relação às mulheres (Rule & Zimmerman, 1994; Matland, 2002; Norris, 2003, Araujo, 2005) isto porque existe uma pluralidade mínima de candidatos concorrendo o que torna mais viável ações afirmativas como as cotas (Araujo, p.196, 2005). E sobre as listas serem abertas ou fechadas, alguns autores tem encontrado que o desbloqueio das listas favorecem as cotas o que leva ao aumento de mulheres na política (Archenti e Tulia, 2007).

¹⁰ Utilizamos os valores calculados por Casalecchi(2016), sendo zero menos democrático indo na direção ao legado mais democrático.

A necessidade por igualdades de oportunidades e ações afirmativas advindas da reforma das instituições políticas que diluam os obstáculos e promovam a possibilidade de a mulher participar das posições políticas. Por isso, inúmeras democracias adotaram a política de cotas de gênero na política. Para tanto, iremos utilizar *o tempo de instituição das cotas* e inserimos uma variável de um índice construídos por Leslie Schwindt-Bayer (2016) que é a *qualidade das cotas*. Esse índice é composto por uma classificação entre baixa, média e alta por meio da avaliação de três requisitos: tamanho da cota, ordem na lista (“placement mandate”) e sanções. Em relação ao tamanho da cota, diz respeito a porcentagem reservada para as mulheres nos partidos ou nos lugares dos parlamentos, podendo variar de 20 a 50% dependendo do país, assim, quanto mais alta a porcentagem melhor sua avaliação. Sobre o segundo item, se existe na lei de cotas alguma regra que estabeleça que na lista disponibilizadas pelos partidos a obrigatoriedade de alguma ordem em específico baseada nos gêneros, assim, a presença de um “placement mandate” melhora a avaliação. E por último, as sanções, sua existência ou não, e as que existem sendo fortes ou fracas, quanto mais forte a sanção para quem transgredir a lei de cotas melhor a classificação. Assim, uma lei de cota com qualidade baixa é aquela que impõe baixa porcentagem de obrigatoriedade de ser mulheres (até uns 20%), sem reserva de lugar na lista e com ausência de sanção ou sanções fracas. E já uma alta possui porcentagem elevada entre 40-50%, com ordem na lista e com sanções fortes.

Ainda sobre políticas específicas para mulheres existe uma questão da diferença de financiamento entre os homens e as mulheres candidatas (Sacchet e Speck, 2012). O que se tem concluído é que as mulheres, geralmente, recebem menos financiamento para as campanhas que homens e isso dificultaria sua eleição, o que mantém a baixa representação. Como não foi possível encontrar dados oficiais e até mesmo pesquisas sobre as diferenças dos financiamento em todos os países da América Latina, optamos por incluir esse quesito através da existência ou não de uma política de financiamento público ou outra vantagem de financiamento quando houver candidatas mulheres.

Portanto de um modo geral, para a dimensão política-institucional utilizamos tanto dados sobre o sistema político (tipo de legislativo, sistema político e legado democrático), sistema partidário (NEP), sistema eleitoral (tipo de lista), cotas (tempo de cotas e qualidade) e financiamento. A partir disso nossas hipóteses são:

- 1) Países com legislativo bicameral, sistemas proporcionais, lista aberta e maior legado democrático podem ter mais mulheres nos parlamento.
- 2) Maior o grau de fragmentação também aumentaria o número de representantes femininas
- 3) Quando mais tempo e melhor a qualidade das cotas e com financiamento público, mais mulheres nos postos de representação.

Por fim, a dimensão culturalista. Por se tratar de um aspecto mais subjetivo que relaciona valores, posicionamentos e comportamentos dos indivíduos referentes a determinados assuntos, buscamos trabalhar, também, aqui com a ideia de multidimensionalidade. Isto porque teoricamente a lógica é que países com cultura política menos tradicional e mais democrática teria mais mulheres nos parlamentos porque teria uma sociedade com maior absorção dos princípios da democracia, em especial, igualdade e tolerância. Dessa forma, iremos medir essas atitudes em relação alguns pontos: 1) democracia, enquanto valor e procedimentos); 2) igualdade de gênero; 3) valores pós-materialistas e 4) religião.

Para o primeiro ponto, nos pautamos na discussão sobre legitimidade democrática, ou seja, apoio a democracia. Tradicionalmente, a medida utilizada é a chamada churcilliana, entretanto, nos últimos anos diferentes autores (Magalhães, 2018; Oliveira, 2017; Fuks et al, 2016) tem criticado a limitação dessa medida e novas propostas foram surgindo. Pautados na multidimensionalidade do apoio à democracia, iremos mensurar esse posicionamento através de atitudes sobre determinados temas que estão relacionados a valores democráticos: 1) intervenção militar¹¹; 2) medidas autoritárias¹²; 3) satisfação com a democracia; ¹³4) preferência pela democracia¹⁴; 5) atitudes de tolerância em relação a homossexuais¹⁵. Como também, atitudes relacionadas à igualdade de gênero¹⁶: 6) aborto¹⁷; 7) mulheres e política¹⁸ e 8) cotas¹⁹.

Neste sentido, as hipóteses serão que sociedades com cultura política mais democrática será aquela com a média de posição mais contrária a intervenção militar e a medidas autoritárias, que acredita que a democracia é um regime com problemas mas é o

¹¹ Junção entre as seguintes variáveis do LAPOP 2014: “Algumas pessoas falam que sob certas circunstâncias seria justificável os militares desse país tomarem o poder por um golpe de estado. Em sua opinião um golpe militar seria justificável sob as seguintes circunstâncias: JC10) Quando há muitos crimes; JC13) quando tem muita corrupção”. Através da análise fatorial, criamos uma variável com uma escala de 4 pontos indo do não justificável para o justificável. Utilizamos a média de resposta para cada país.

¹² Você acredita que quando o país está enfrentando tempos difíceis é justificável para o presidente do país: JC15A) Fechar o congresso; JC16A) Dissolver a Suprema Corte. Escala de 4 pontos do não justificável para justificável. Utilizamos a média de resposta por país.

¹³PN4) No geral, você diria que está muito satisfeito, satisfeito, insatisfeito ou muito insatisfeito com o jeito que a democracia funciona no seu país? Utilizamos a média de respostas.

¹⁴DEM2) Agora mudando de assunto, com qual das seguintes afirmações você concorda: 1) Para pessoas como eu, não importa se o governo é democrático ou não; 2) A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo; 3) Sob algumas circunstâncias um governo autoritário pode ser preferível a um democrático.

¹⁵ Junção das variáveis: D5) E agora, mudando de tópico e pensando em homossexuais, o quanto você aprova ou desaprova que seja permitido que tais pessoas concorram a cargos público? D6) O quanto você aprova ou desaprova que casais do mesmo sexo tenham o direito de se casar? – Escala de 4 pontos. Utilizamos a média de respostas.

¹⁶ A última onda com variáveis sobre gênero foi o LAPOP DE 2012.

¹⁷ Seguem as variáveis: a) aborto – W14A) E agora, pensando sobre outros assuntos. Você acha justificável interromper uma gravidez, isto é, um aborto, quando a saúde da mãe está em perigo? Justificável/ Não justificável.

¹⁸VB50) Algumas pessoas dizem que, no geral, os homens são melhores líderes políticos que as mulheres. Você concorda fortemente, concorda, discorda ou discorda fortemente? Utilizamos a porcentagem de discordância (discorda + discorda fortemente).

¹⁹ GEN6) O Estado requerer que os partidos políticos reservem algum espaço na lista de candidatos para mulheres, mesmo se eles tenham que excluir alguns homens. O quanto você concorda ou discorda? Usamos a média de respostas.

melhor e o prefere em relação aos demais, que esteja mais satisfeito com a democracia e que tenha posições mais igualitárias a presença de homossexuais na política. Para as questões sobre igualdade de gênero, classificamos como mais democráticos os países que em sua maioria acham que o aborto é justificável em alguns casos, que em média discordam mais dos homens serem melhores líderes políticos e que concordem mais com a existência de cotas.

Um terceiro ponto da cultura política está relacionado com a teoria dos valores pós-materialistas. A medida original é uma escala de 7 pontos que classifica as sociedades em materialistas e pós-materialistas, entretanto, como a base utilizada era o WVS (World Values Survey) e por nós será o LAPOP (2012 e 2014) (Latin America Public Opinion Project) não será possível usar a medida idêntica. Neste caso, selecionamos alguns aspectos centrais da teoria e vamos usar como proxy algumas variáveis alternativas, tais como a 1) medida de satisfação com a vida²⁰, 2) prioridade do governo entre meio ambiente ou crescimento econômico²¹, e por último, 3) abertura a participação popular nas tomadas de decisões²². Por último, a religião, como faz parte da ideia de existência ou não de valores tradicionais, inserimos a importância da religião²³.

Em resumo, as hipóteses para a dimensão cultural são:

- 1- Quanto mais rejeição à intervenção militar, atitudes autoritárias, maior satisfação, preferência e apoio à democracia, e atitudes igualitárias em relação à homossexuais e a questões de gênero, mais democrática seria a cultura política e assim, maior o percentual de mulheres nos parlamentos.
- 2- Valores pós-materialistas: sociedades que possuem maiores índices de satisfação com a vida e dão preferência a valores pós-materialistas, como meio ambiente e participação popular, também, influenciam no aumento do índice de mulheres nos parlamentos.
- 3- Países que dão mais importância à religião tendem a ter a diminuir os percentuais de representação feminina nos parlamentos.

Por último, em termos de variável dependente, iremos utilizar a média atual de mulheres nos parlamentos em 2018, ressalta, que para aqueles que possuem duas casas legislativas utilizamos a média entre as duas, dos seguintes países da América Latina: Argentina (38,9%), Bolívia (53,1%), Brasil (10,7%), Chile (22,6%), Colômbia (15,1%), Costa Rica (45,6%), El Salvador (31%), Equador (38%), Guatemala (12,7%), Guiana (31,9%), Haiti

²⁰ LS3) Para começar, no geral o quanto vocês estão satisfeitos com a sua vida? Usamos a média de resposta dos países.

²¹ ENV1) Na sua opinião, o que deve ser dada maior prioridade: proteger o meio ambiente ou promover o crescimento econômico? – Utilizamos a porcentagem da resposta “meio ambiente”.

²² E5) Pessoas participarem de manifestações legais. O quanto você aprova ou desaprova? – Utilizamos a média de resposta.

²³ Q5B) Poderia me dizer o quanto a religião é importante na sua vida? – Utilizamos a porcentagem da resposta “muito importante”.

(2,5%), Honduras (21,1%), Jamaica (17,5%), México (42,6%), Nicarágua (45,7%), Panamá (18,3%), Paraguai (13,7%), Peru (27,7%), República Dominicana (26,8%), Suriname (25,5%), Uruguai (20,2%) e Venezuela (22,2%).

Como é possível perceber, trata-se de um complexo conjunto de dimensões e variáveis que buscam explicar o fenômeno da sub-representação de mulheres nos parlamentos. Autores como Inglehart e Norris (2003) e Schwindt-Bayer (2008) se debruçaram sobre os impactos dessas dimensões, mas não com todos os elementos que aqui buscamos acrescentar. Nesse sentido, pautados pelas hipóteses e através das variáveis indicadas, tentaremos verificar como as questões contextuais relacionadas as duas primeiras dimensões interagem com a inserção de uma faceta mais subjetiva do fenômeno que parte dos indivíduos que forma a cultura política de uma nação. Na próxima seção, iremos expor os resultados das análises iniciais que realizamos.

III- Modelo e análise de dados

Em termos metodológicos, nossa ideia é verificar os impactos individuais e em conjuntos das dimensões nos índices de representação de mulheres nos parlamentos dos países da América Latina. Tendo variável dependente a porcentagem média de mulheres nas casas legislativas e como variáveis independentes as citadas na seção anterior, nosso primeiro passo foram modelos de efeitos individuais, o segundo foi de efeito interativo, ou seja, combinamos dimensão 1+2 e dimensão 1+3 e dimensão 2+3, ao final, nossa proposta é a combinação das variáveis significativas de cada em um modelo único (1+2+3). Seguem os resultados.

Tabela 1 – Modelos Explicativos Individuais

Dimensão e variáveis	Modelo 1: Socioeconômico		Modelo 2: Político- Institucional		Modelo 3- Cultural	
	Beta	R ² Ajustado ,294	Beta	R ² Ajustado ,518	Beta	R ² Ajustado ,537
Socioeconômica						
% de crescimento do PIB						
Taxa de desemprego						
Índice de GINI						
Diferença entre IDH de mulheres e homens	,477					
Política-Institucional						
Tipo Legislativo						
Sistema Político						
Tipo de Lista						
NEP (número efetivo de partidos)						
Tempo de lei de cotas						
Qualidade das cotas			,856			
Financiamento						
Legado democrático						

Cultural						,537
Intervenção Militar					-1,165	
Medidas autoritárias						
Satisfação com a democracia					-,641	
Preferência pela democracia					-,641	
Tolerância à questões homossexuais						
Aborto					,642	
Gênero e Política					-1,133	
Cotas						
Satisfação com a Vida						
Meio Ambiente x Crescimento Econômico						
Participação Popular					-,723	
Importância da Religião						

Nota: Os modelos apresentam coeficientes betas padronizados derivados de modelos de análises de regressão dos Mínimos Quadrados Ordinários.

Tabela 2 – Modelos Explicativos Combinados

Dimensão e variáveis	Modelo 1: Socio+ Institucional		Modelo 3: Institucional + Cultural		Modelo 4 - Total	
	Beta	R ² Ajustado	Beta	R ² Ajustado	Beta	R ² Ajustado
		,524		,362		,604
Socioeconômica						
% de crescimento do PIB						
Taxa de desemprego						
Índice de GINI						
Diferença entre IDH de mulheres e homens					,503	
Política-Institucional						
Tipo Legislativo						
Sistema Político						
Tipo de Lista						
NEP (número efetivo de partidos)						
Tempo de lei de cotas						
Qualidade das cotas	,978		,514		,552	
Financiamento						
Legado democrático						
Cultural						
Intervenção Militar						
Medidas autoritárias						
Satisfação com a democracia						
Preferência pela democracia						
Tolerância à questões homossexuais						
Aborto						
Gênero e Política						

Cotas						
Satisfação com a Vida						
Meio Ambiente x Crescimento Econômico						
Participação Popular						
Importância da Religião						

Nota: Os modelos apresentam coeficientes betas padronizados derivados de modelos de análises de regressão dos Mínimos Quadrados Ordinários.

*Para modelo 4 utilizamos apenas as variáveis significativas dos modelos individuais.

O modelo 2 Sócio+Cultural não apresentou variáveis significativas;

Diante dos resultados da tabela 1, conseguimos observar que cada dimensão nos modelos individuais apresenta alguma variável significativa. Para a dimensão socioeconômica, a diferença entre os IDH dos gêneros tem relação positiva com a porcentagem de mulheres nos parlamentos, isto quer dizer, mesmo que contra intuitivamente, que na América Latina, países com maiores diferenças de condições de desenvolvimento humano das mulheres e dos homens tem mais chances de terem mais mulheres em seus parlamentos. A princípio, esse achado nos leva a questionar a própria teoria do desenvolvimento econômico, confirmando as críticas à essa corrente de que as condições sociais favoráveis não são necessariamente suficientes para impactarem os índices de representação, contudo, não era esperado que o impacto fosse positivo, dessa forma, consiste em um ponto que precisa de análises futuras.

Outro resultado que se destaca é na dimensão político-institucional, que apenas a variável “qualidade das cotas” se mostrou significativa. Em outros testes, retiramos essa variável na tentativa de verificar se elas estaria acumulando efeitos de outras, mas, os dados demonstraram que na América Latina a única variável institucional que se demonstra significativa e com relação positiva foi a qualidade das cotas. Por um lado, isso elucida que a estrutura institucional tem suas limitações enquanto efeitos para representação, por corroborar com o argumento de Schwindt-Bayer (2016) que a simples existência de uma lei de cotas por pouco ou muito tempo não terá efeito na diminuição do gap entre homens e mulheres se não for uma lei com qualidade, ou seja, que tenha porcentagem considerável, com lugar obrigatório na ordem da lista de candidatos e com sanções fortes para a transgressão dessa regra. Por outro lado, também, pode ser que os obstáculos institucionais não foram captados nessa parte da estrutura que priorizamos, em outras palavras, o impacto da estrutura institucional pode estar em processos que ocorrem em outros momentos, como no recrutamento para os partidos e a formação das listas (Krook e Norris, 2014; Norris, 2013).

Já para a dimensão cultural, temos um número considerável de variáveis, as primeiras, relacionadas ao apoio à democracia, nos confere que atitudes desfavoráveis à intervenção militar, maior satisfação e preferência pela democracia são elementos importantes para a taxa de representação feminina, assim como, posições de cunho igualitário e tolerante, exemplificado no caso do aborto e da relação gênero e política. E por

fim, um dos elementos dos valores pós-materialista, que foi o apoio à participação popular também se demonstrou uma variável de efeito. Em suma, o modelo individual confirma a hipótese da relação existente entre cultura política mais democrática e maiores índices de mulheres nos parlamentos na América Latina.

Se nos pautarmos apenas pelos modelos individuais e fizermos um comparativo, chegaríamos a conclusão de que entre as dimensões a com maior capacidade explicativa (até pelo valor do R^2 ajustado) seria a dimensão cultural. Em termos de discussão teórica, esse achado iria contra as principais literaturas que apontam as estruturas institucionais como os fatores explicativos principais para o gap de representação parlamentar entre homens e mulheres, o que inseriria esse estudo na linha de análise que recentemente está se estabelecendo que relaciona questões da cultura política como fatores também de efeitos no fenômeno em questão. Entretanto, nossa pretensão é tentar iniciar uma análise que relacione essas dimensões e verifique a interação existente entre elas. Por isso, os modelos da tabela 2 são as nossas tentativas iniciais de verificar os comportamentos das variáveis significativas dos modelos individuais em conjunto.

Alguns aspectos chamam à atenção, em primeiro lugar, o modelo 2 entre dimensão socioeconômica e cultural não apresenta efeito, o que inicialmente, pode nos levar a entender que todas as variáveis culturais perdem seus efeitos, com a inserção de uma variável contextual que mede a qualidade do desenvolvimento do gênero nos países, o que poderia nos levar a pensar que em contextos com desenvolvimento baixo do IDH das mulheres em relação aos homens a cultura política mesmo sendo mais democrática não conseguiria ultrapassar essa desigualdade mais estrutural. Contudo, ainda é precoce essa conclusão uma vez que a própria variável socioeconômica também perde seu efeito, o que leva a indagações para futuras análises. Outro ponto importante, é o contínuo efeito da variável qualidade das cotas. Em todos os modelos ela foi a única variável que manteve significância, demonstrando que seu efeito perdura mesmo na interação com o contexto socioeconômico e o cultural.

E por fim, o que chama atenção, é que no modelo com as 3 dimensões a única que perde total efeito foi a cultural, ao mesmo tempo que a socioeconômica volta a ter impacto. O que poderia ser um indicativo de que na América Latina aspectos socioeconômicos e institucionais possuem efeitos mais fortes e consistentes que os fatores culturais, talvez em razão de ser uma região com grandes disparidades entre as nações e desigualdades internas nos países que não são capturadas por modelos que tomam todos os países em conjunto.

De um modo geral, é importante lembrar que essas são análises iniciais e por se tratar de um modelo mais ambicioso é preciso se debruçar de maneira mais atenta a essa linha que propõe a multidimensionalidade. Contudo, ressaltamos a relevância da presente proposta para os estudos que buscam explicações para a sub-representação de mulheres na

América Latina, uma vez que é um dos poucos que tem a pretensão de analisar a dinâmica existente entre aspectos teóricos que são usualmente apresentados de maneira separada. Como mostramos na tabela 1, é possível em cada dimensão encontrar uma variável explicativa, mas de maneira isolada não são suficientes para compreender as variações nas taxas. Nesse sentido, o próximo passo é sofisticar mais as variáveis em cada dimensão, em especial, observando o problema da multicolinearidade, com o objetivo de chegar a um modelo analítico mais robusto.

Considerações finais

Analisar fenômenos políticos que possuem um histórico longo de estudos constitui um desafio, não somente teórico, como também, analítico. Por isso, ao nos depararmos com o problema da baixa representação de mulheres nos parlamentos das democracias contemporâneas, em especial, as disparidades dentro da América Latina, nossa pretensão foi trazer um novo olhar para tal tema que vem há muito tempo sendo estudado.

O nosso primeiro passo foi verificar a ausência de estudos sobre a região que levassem em conta dos os aspectos teóricos até o momento apontados como fatores de impactos para o fenômeno, e foi por meio da ideia de uma visão multidimensional que nossa proposta se firmou. Olhar para os condicionantes de modo individual, como vimos nos dados, traz sim explicações contundentes e que caminham na direção das principais linhas teóricas. Contudo ao partirmos para uma análise que tenta verificar a dinâmica das dimensões encontramos um novo desafio. Por isso, pautados ainda nesse objetivo de compreender o fenômeno em questão, iremos nos debruçar em estudos posteriores as análises conjuntas e também na força dos impactos de cada variável, que aqui não realizamos.

Referências Bibliográficas

- ALMOND, G.; VERBA. **The Civic Culture : Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Nova York, Sage, 1989.
- Amorim Neto, Octavio , e Gary W Cox. **Electoral institutions, cleavage structures, and the number of parties**. *American Journal of Political Science*: 149-174, 1997.
- ARAÚJO, Clara .**Potencialidade e limites da Política de Cotas no Brasil**. Revista Estudos Feminista, 2001. p. 231-252.
- _____.**Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política**. Revista Sociologia Política, Curitiba, 24, 2005, p.193-215.
- ARCHENTI, Nélide; TULA, Maria Inés. **Cuotas de género y tipo de lista en América Latina**. Opinión Publica [online]. 2007, vol.13, n.1, pp.185-218
- BIROLI, Flávia. **Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para crítica democrática**. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013
- BIROLI, Flávia ; MIGUEL, Luis Felipe. **Práticas de gênero e carreiras políticas:: vertentes explicativas**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 18, p.653-679, set. 2012
- BRAGA, Maria do Socorro S. **O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)**. São Paulo: Humanitas/Fapesp. 2006
- CASALECCHI, G. A. O legado democrático e as atitudes democráticas: efeitos diretos, indiretos e condicionados. 2016. 199 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- CASTRO, María García. *Cultura Política y Representación Femenina*. IN: **A 50 años de la cultura cívica: pensamientos y reflexiones em honor al professor Sidney verba**. Dávila, Julia I. Flores

(coord).Universidad Nacional Autónoma de México. Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación, 2011, p.157-170

COPPEDGE, Michael; GERRING, John; ALTMAN, David; BERNHARD, Michael; FISH, Steven; HICKEN, Allen; KROENIG, Matthew; LINDBERG, Staffan; McMANN, Kelly; PAXTON, Pamela; SEMETKO, Holly; SKAANING, Svend-Erik; STATON, Jeffrey; TEORELL, Jan. **Defining and measuring democracy: a new approach perspective on politics**. Perspectives on Politics, v. 9, n. 2, p. 247-267, 2011.

COSTA, Luís Domingos; BOLOGNESI, Bruno; CODATO, Adriano. *Variáveis sobre o recrutamento político e a questão de gênero no Parlamento Brasileiro*. **The Observatory of Social and Political Elites of Brazil** [online] – Working Papers, nº 07, 2013.

DAHL, R. A. **La Igualdad política**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2008.

_____. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: EDUSP, 1997.

EASTON, D. **A re-assessment of the concept of political support**. British Journal of Political Science, Cambridge, v. 5, n. 4, 1975. pp. 435-457.

ESPINAL, Rosario. **Género y Cultura Política**. Colectiva Mujer y Salud, Santo Domingo, República Dominicana, 2013.

FRYE, MARILYN, 'Oppression', in *The Politics of Reality*. Trumansburg, NY: Crossing Press, 1983.

FUKS, M; CASALECCHI, G.; QUARESMA, G. DAVID, F. **Qualificando a adesão à democracia: quais democráticos são os democratas brasileiros?** Revista Brasileira de Ciência Política, n.19. Brasília, Janeiro de 2016, pp.199-219.

INGLEHART, R. **The renaissance of political culture**. American Political Science Review, v. 82, n. 4, pp. 1203-1230. 1988.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. **Rising Tide: Gender, equality and cultural change around the world**. New York, Cambridge University Press, 2003.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence**. New York, Cambridge University Press. 2005

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian; NORRIS, Pippa. **Gender equality and democracy**. Comparative Sociology, 1, p. 321-46. 2002.

KROOK, Mona Lena; NORRIS, Pippa. **Beyond Quotas: Strategies to promote gender equality in Elected Office**. Political Studies, vol.62, 2014, p.2-20.

LODOLA, Germán. SELIGSON, Mitchell A. **Cultura política de la democracia em Argentina y em las Américas, 2012: Hacia la igualdad de oportunidades**. Vanderbilt University, 2013

MAGALHÃES, Pedro. **Regime Support**. In: FISHER, J; FIELDHOUSE, E.; FRANKLIN, M.; GIBSON, R.; CANTIJOCH, M.; WLEZIEN, C. *The Routledge handbook of elections, voting behavior and public opinion*. Routledge, New York, 2018.

MATLAND, R. 2002. **Estrategias para ampliar la participación femenina en el parlamento. El proceso de selección de candidatos legislativos y los sistemas electorales**. In : MENDEZMONTALVO, M. & BALLINGTON, J. (orgs). *Mujeres en el Parlamento – más allá de los números*. Stockholm : Institute for Democracy and Electoral Assistance.

MIGUEL, Luís Felipe. **Democracia e Representação – Territórios em disputa**. Editora UNESP, São Paulo, 2014.

NORRIS, Pippa. **Cultural Explanations of Electoral Reform: a policy cycle model**. West European Politics, vol.34, n.3, p.531-550, 2014.

_____. **Women in European legislative elites**. *West European Politics* 8 (4): 90–101. 1985

_____. **Democratic Deficit**. New York, Cambridge University Press. 2011

_____. **Politics and Sexual Equality**. Boulder, CO: Rienner. Darcy, Robert, Susan Welsh, and Janet Clark. 1994. *Women, Elections and Representation*. Lincoln: University of Nebraska Press. 1987

_____. **The impact of electoral reform on women's representation**. Acta Política, 2006.

OLIVEIRA, Renata. **A era da democracia confusa: análise das medidas de adesão à democracia nas pesquisas sobre comportamento político**. Revista eletrônica de Ciência Política- UFPR, vol.8, n.2, 2017.

_____. **Cultura política e gênero na América Latina: estudo sobre as dimensões subjetivas da sub-representação feminina**. 81 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

_____. **O contrato Sexual**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1993

PÉREZ, Verónica. **"52% del electorado, 11% del parlamento"**. **Factores culturales y representación política femenina em Uruguay**. Revista Uruguaya de Ciencia Política, n.15, 2006, pp.67-81.

PHILIPS, Anne. **De uma política de ideias a uma política de presença?**. Revista Estudo Feminista, 2001, Ano 9, p.268-290.

PONCELA, Anna María Fernández. **Las cuotas de género y la representación política feminina em México y América Latina**. Nueva Época, n.66, 2011, pp.247-274

REYNOLDS, ANDREW. **Women in the legislatures and executives of the world: Knocking at the highest glass ceiling**. *World Politics* 51 (4): 547–572.1999.

RIBEIRO, Ednaldo; OLIVEIRA, Renata A. **Cultura Política e Gênero no Brasil: estudo sobre a dimensão subjetiva da sub-representação feminina**. Revista Política Hoje, vol.22, n.1, 2013, p.167-205.

RULES, W. **Why women don't run: The critical contextual factors in women's legislative recruitment**. *Western Political Quarterly* 34: 60–77.1988

_____. **Electoral systems, contextual factors and women's opportunities for parliament in 23 democracies.** *Western Political Quarterly* 40: 477–498.1987.

RULE, W. & ZIMMERMAN, J. (eds.). 1994. **Electoral Systems in Comparative Perspective : Their Impact on Women and Minorities**. Westport : Greenwood.

SACHHET, Terese; SPECK, Bruno W. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições 2006. *Opinião Pública*, Campinas, vol.18, n.1, 2012, p. 177-197.

SCHLOZMAN, Kay.; VERBA, Sidney; BRADY, Henry. **The Unheavenly chorus – unequal political voice and the broken promise of American democracy**. Princeton University Press, 2012.

SCHWINDT-BAYER, Leslie A. **Making quotas work: the effect of gender quota laws on the election of women**. *Legislative studies quarterly*, xxxiv, 1, february 2009, p.5-28.

_____. **A.Women's representation and democratic consolidation in latin america**. *E-legis*, Brasília, n. 19, p. 49-71, jan./abr. 2016, p.49-71.

TOBAR, Marcela. **Mujer y Política. El impacto de las cuotas de género em América Latina**. Santiago, Chile; Catalonia, 2008.

TOURAINÉ, A. **O que é a democracia**. Petrópolis: Vozes, 1996.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____. **Justice and the politics of difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

_____. **Structural Injustice and the Politics of Difference** - Paper for the AHRC Centre for Law, Gender, and Sexuality -Intersectionality Workshop, 21/22 May 2005, Keele University, UK

_____. **A imparcialidade e o público cívico: Algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política**. In: BENHABIB, Seyla. CORNELL, Drucilla (Cord.). Rio de Janeiro: Rosa dos tempos LTDA. 1987. p.p 66-86.